

## LEITURAS E POSSIBILIDADES DE REPRESENTAR O ESPAÇO GEOGRÁFICO NO ENSINO FUNDAMENTAL

### READINGS AND POSSIBILITIES OF REPRESENTING THE GEOGRAPHIC SPACE IN FUNDAMENTAL EDUCATION

Émerson Dias de Oliveira

Andressa de Lima Santos

Méury Katiê Ferreira Leopoldo

Joana Grabieli Oliveira Silva

Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE)

cooperativismopopular@hotmail.com

**RESUMO:** O espaço geográfico é uma categoria da ciência geográfica que possibilita uma acentuada e complexa possibilidade de refletir a coletividade social, sendo que neste desafio são trazidas à tona inúmeras perspectivas de análises da relação homem-natureza. Dessa feita, o presente estudo elabora uma breve discussão acerca do espaço geográfico enquanto uma ferramenta de análise das relações sociais, além de evidenciar a sua centralidade no interior da Geografia. Ao longo do estudo estão colocadas algumas concepções teóricas desta categoria geográfica, com destaque para os entendimentos elaborados pela Geografia Crítica, uma reflexão que propõem a necessidade de se politizar os sujeitos por intermédio do ensino, com destaque para os conteúdos geográficos ensinados por seus respectivos professores (as) desde os primeiros anos do ensino fundamental. A busca aqui foi a de confirmar a capacidade que a Geografia possui em se utilizar do próprio espaço geográfico na qual os alunos estão inseridos enquanto materialidade para uma concepção própria de mundo, sendo que através desta conquista, se permite compreender e pensar a construção de uma sociedade pela e para a própria coletividade envolvida. É esta a grande questão discorrida no presente ensaio, pensar uma proposta de ensino na geografia que politize os sujeitos, permitindo assim a formação de sujeitos ativos e cientes do seu papel no mundo.

**Palavras-chave:** Espaço Geográfico; Coletividade; Emancipação Social; Geografia Crítica.

**ABSTRACT:** Geographic space is a category of geographic science that allows a complex and complex possibility to reflect the social collectivity, and in this challenge are brought to the fore innumerable perspectives of analyzes of the relation man-nature. Thus, the present study elaborates a brief discussion about the geographic space as a tool of analysis of the social relations, besides evidencing its centrality within Geography. Throughout the study some theoretical conceptions of this geographical category are placed, with emphasis on the understandings elaborated by Critical Geography, a reflection that propose the need to politicize the subjects through the teaching, with emphasis on the geographic contents taught by their respective teachers (as) since the first years of elementary school. The search here was to confirm the ability of geography to use the geographic space in which students are inserted as a materiality for a conception of the world, and through this achievement, it is possible to understand and think about the construction of a by and for the community itself. This is the great issue discussed in this essay, to think of a proposal of teaching in geography that politicizes subjects, thus allowing the formation of active subjects aware of their role in the world.

**Keywords:** Geographic Space; Collectivity; Social Emancipation; Critical Geography.

## 1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o objeto central de estudo da ciência geográfica é o espaço e que a própria Geografia enquanto disciplina escolar caracteriza-se por estar bastante dissociada da realidade social dos alunos, o presente estudo buscou através de uma reflexão acerca do espaço geográfico aproximar a Geografia didático-escolar junto à prática empírica discente. É sabido que, grosso modo, uma significativa parcela dos professores (as) de Geografia reproduz uma vasta explanação de conceitos, fenômenos e processos conceituais, atribuindo tais cenários enquanto componente do espaço geográfico, sendo que a abordagem deste último está sempre secundarizada em proveito de noções compartimentadas e deslocadas do seu real sentido, isto é, a expressão do próprio espaço geográfico.

Com isso, o presente estudo teve como desafio trazer à tona uma breve reflexão teórica acerca do espaço geográfico e sua importância enquanto ferramenta metodológica para a compreensão, correlação discussional e a vivência empírica de sua constituição, dinâmica e totalidade. Ou seja, é uma busca por explicar o espaço geográfico como resultado de múltiplas determinações, as quais tanto são naturais como histórico-sociais, uma vez que o seu sentido extrapola as percepções superficializadas da dinâmica do espaço físico, sendo que a sua intencionalidade se assenta na tarefa de compreender a inter-relação entre sociedade e natureza.

Este entendimento fica claro conforme o exposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), reflexão a qual entende que “o espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem, enquanto organiza econômica e socialmente sua sociedade” (BRASIL, 2000, p. 109). É através do debate e discurso desta realização que se oportuniza aos alunos um melhor entendimento de como a sociedade produz e reproduz o espaço, um exercício que tem nas inúmeras apreensões conceituais da Geografia um meio (e não um fim) de se compreender esta ciência. Portanto, difere do ensino fragmentado que separa esta disciplina em meros acidentes geográficos e/ou fenômenos geohistóricos que devem ser decorados para ‘tirar nota’ nas ‘provas’ ao longo dos anos estudados.

É em virtude da necessidade de aprender a ler e se posicionar em seu próprio mundo que os sujeitos sociais se utilizam dos conceitos geográficos fundamentais para melhor compreender seu papel na sociedade, sendo assim, destacados os sentidos e significados do espaço geográfico. Assim, desde os primeiros anos de estudo da escolarização básica esta ciência/disciplina carece de ser cuidadosamente inserida enquanto uma ferramenta de politização dos alunos, sendo que compreender a representação do espaço geográfico é uma questão fundante desse desafio. Com

isso, a ‘leitura’ do mundo se dá pela do espaço, isto é, o resultado das intencionalidades e práticas humanas. Portanto, ler o mundo está muito aquém da simples interpretação cartográfica, cujas representações reproduzem as questões territoriais, por vezes deslocadas, dada a insuficiência das projeções cartográficas diversas.

Desta forma, faz-se importante e necessário a valorização de um processo de ensino-aprendizagem acerca da educação geográfica pautado em uma construção interdisciplinar, um esforço em que a prática docente considere a singularidade de cada aluno envolvido nesta tarefa, pois “[...] mudar valores requer o autoconhecimento do indivíduo-sujeito” (CARVALHO, 2004, p. 42). É por isso que, um ensino geográfico instruído e enviesado na leitura e escrita do lugar vivenciado e experienciado pelo aluno ganha muito mais sentido para explicar a disciplina de Geografia, bem como o seu principal objeto de estudo: espaço geográfico. Desta feita, se tem muito mais que um procedimental descritivo do mundo, é o entendimento das conexões que integram o contexto do evento sócioespacial analisado.

Considerando a importância que um adequado resgate teórico possui, o presente estudo se utilizou da pesquisa do tipo bibliográfica. Esse esforço se dá através do levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. Tratando desse tipo de pesquisa Boccato (2006) aponta que “[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas” (p. 266).

A escolha pela pesquisa bibliográfica se deu pelo fato que ela possibilita o ajuntamento de uma grande quantidade de informações acerca do objeto de estudo, neste caso aqui, as reflexões teóricas envolvendo a assimilação do conceito de espaço geográfico no meio escolar. Neste sentido, além da sistematização e análise desta questão, é possível a elaboração de um quadro conceitual da mesma na atualidade. Portanto, a pesquisa bibliográfica permite reunir diversos materiais publicados sobre um tema, permitindo ampliar o conhecimento acerca da reflexão debatida. A temática do espaço geográfico é aqui abordada com o intuito de evidenciar as formações e estruturações da sociedade, um esforço que busca incluir os sujeitos do meio escolar de forma ativa e participante deste projeto social. Este entendimento deve-se ao fato de que a função “[...] da escola frente aos desafios do mundo globalizado é o de abrir horizontes, estender a cultura, globalizar conteúdos, conhecer experiências alheias, transpor o local e o próximo e proporcionar aos alunos ir além de onde estão (SACRISTÁN, 2002, p. 95).

Com isso, a geografia carece de institui-se enquanto um ensino para além das apostilas conteudistas, pois a referência do lugar é muitas vezes uma oportunidade interessante de explicar e visualizar os apanhados teóricos dos livros didáticos. Não se afirma aqui o isolamento das explicações geográfico apenas em categorias mais limitadas espacialmente da geografia, a exemplo do ‘lugar’. Este conceito está aqui amostrado apenas enquanto uma possibilidade de superar o ensino tradicional da geografia, pois “assim como é errado ficar aderido ao local, perdendo-se a visão do todo, errado é também pairar sobre o todo sem referência ao local de onde se veio” (FREIRE, 1999, p. 45). Enfim, cabe ao professor compilar e conduzir o aluno na compreensão e esclarecimento das informações geográficas, as quais quando apresentadas isoladamente e desconexas são destituídas de sentido e interesse na sala de aula.

## 2 BREVE APREENSÃO CONCEITUAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Discorrer teoricamente acerca do espaço geográfico é um desafio bastante extenuante dada à diversidade de entendimentos e interpretações que envolvem o seu significado, pois este apresenta definições bastante complexas e abrangentes. Neste estudo, a concepção do espaço se alinha com as contribuições elaboradas pelas teorias presentes no interior da Geografia Crítica ou Radical. Os contornos desta discussão no cenário brasileiro aparecem com mais intensidade junto ao processo de abertura política em fins dos anos 1970, com destaque para o Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros realizado em Fortaleza (Ceará) em 1978, momento em que a corrente da Geografia Crítica ganha uma importância significativa frente às demais tendências existentes. De acordo com Kaercher (2010, p. 64), “ali fez-se veemente crítica à Geografia tradicional e despolitizada. (Re)inicia-se, mais uma vez, uma longa caminhada na busca da democratização da sociedade e da escola, e, por conseguinte, da própria Geografia”.

Para Moraes (1994), a Geografia Crítica significou um movimento de renovação que rompe e questiona a perspectiva tradicional do positivismo nesta ciência, um desafio que se apóia nas reflexões marxistas e busca o resgate da relação entre ciência e filosofia, ou seja, uma realização científica que não fosse “desinteressada” e deslocada de seu objeto de estudo. Esse discurso (marxista) “[...] supõe em todos os casos aceitar a existência de relações mutuas e complexas entre sociedade e espaço, entre processos sociais e configurações espaciais” (SPOSITO, 2004, p. 92). Trata-se de uma Geografia que serviu para denunciar os equívocos dos

tradicionalistas em despolitizar a construção geográfica ou dos quantitativistas<sup>1</sup>, ou seja, uma realização que de fato coloca os sujeitos sociais enquanto agentes ativos no interior das relações sociais. “Enfim, os geógrafos críticos apontaram, através da Geografia, a superestrutura da dominação de classe” (MORAES, 1994, p. 114).

Desde o surgimento e sistematização da Geografia enquanto disciplina universitária por volta dos anos 1870 nas universidades europeias até meados dos anos 1950, esta ciência ficou conhecida como Geografia Tradicional, uma abordagem que é parte importante do processo de evolução do pensamento geográfico, a qual ainda persiste (em menor grau) em determinados contextos e realizações do estudo/ensino da Geografia. A superação de suas reflexões deveu-se ao fato dela estar pautada na observação, a descrição e classificação dos fatos, estando restrita aos aspectos visíveis e mensuráveis do estudo. Assim, com o surgimento da Revolução Teorético-Quantitativa, tem-se o predomínio das análises pautadas pelos conceitos de paisagem e região, reconhecendo neles o objeto da Geografia, nem como a sua identificação perante as demais disciplinas científicas (SANTOS, 2014).

De acordo com Corrêa (2000), até a metade do século XX o espaço geográfico tinha uma abordagem secundarizada, uma vez que as análises geográficas estavam enviesadas nos estudos da paisagem, região natural, região-paisagem, paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. No entanto, ainda que indiretamente, o espaço geográfico é uma preocupação antiga na Geografia, pois já se fazia presente nas pesquisas do geógrafo alemão Friedrich Ratzel<sup>2</sup> (na passagem do século XIX para o XX), contexto em que se construiu a concepção de “espaço vital”, o qual era confundido com a de território à medida que lhe vinculava uma relação de poder.

Desta feita, até por volta dos anos 1950/60 o espaço geográfico era concebido como um elemento neutro e desprovido de dinamicidade funcional, uma interpretação que entendia o espaço geográfico enquanto uma realidade passiva, o qual era ‘humano’ apenas pelo fato de ser habitado pelos homens, além de que até mesmo a dimensão temporal não lhe era considerada (SPOSITO, 2004). Assim, “[...] o homem é um agente que modela o relevo e não um ser social que produz o espaço à imagem e semelhança da sociedade da qual participa” (CARLOS, 1991, p. 11). Entretanto, apesar dos equívocos que eram destinados aos sentidos do espaço geográfico, são inegáveis as contribuições pioneiras advindas dos primeiros estudos geográficos, tais alicerces foram cruciais para a construção das atuais concepções envolvendo os conceitos geográficos bases. Nisto inclui-se o próprio desafio de interpretar o espaço geográfico, isto é, o “[...] “entendimento do mundo atual, da apropriação dos lugares realizada pelos homens, pois é

através da organização do espaço que eles dão sentido aos arranjos econômicos e aos valores sociais e culturais construídos historicamente” (BRASIL, 2000 p. 30).

A partir de então, o espaço geográfico se consolida enquanto conceito balizador da Geografia, sendo entendido por vários autores como o objeto central desta ciência. A validade e necessidade de se debruçar sob a análise teórica do espaço geográfico é colocada em Santos (2014, p. 18) quando ele afirma que “[...] discorrer, ainda que exaustivamente, sobre uma disciplina, não substitui o essencial, que é a discussão sobre seu objeto”. Portanto, fica evidente que esta abordagem não é uma questão fechada, ou seja, o espaço geográfico é uma realização social que carece de ser constantemente debatida no meio acadêmico-escolar, uma vez que o seu produto (sociedade) está em diuturno processo de (re) construção e com isso, sujeita a mudanças diversas. Isto se dá pelo fato de que “[...] todo elemento do espaço e toda forma de paisagem constituem fenômenos únicos que jamais podem ser encontrados exatamente iguais em outros locais ou em outros momentos” (DOLLFUS, 1991, p. 09).

Em Suertegaray (2001) o espaço geográfico é compreendido como um todo uno, múltiplo e complexo.

A visão crítica da Geografia, ao romper com a visão de estabilidade, passa a conceber o tempo como espiral. Neste sentido, o tempo é entendido como seta e ciclo, ou seja, o espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como determinação ou como possibilidade. Esta projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo). Neste contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente (SUERTEGARAY, 2001, p. 03).

O espaço geográfico é na verdade a materialização das relações sociais e de poder elaboradas pelos sujeitos sociais, sendo este o principal objeto de estudo da Geografia. Para Santos (2014, p. 51), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Assim sendo, quando da reflexão geográfica no meio escolar, este saber carece de ser trabalhado com o entendimento de que a relação homem-natureza significa o embasamento material ou físico que dá sentido e possibilidades para a construção/organização do espaço geográfico, sendo que tal sistema não acontece de forma

harmônica e previsível, uma vez que este processo é permeado de desigualdades e contradições sociais, além de estar indissociado da perspectiva temporal.

A continuidade desta lógica acaba por imprimir diferenciações no entendimento e apresentação do espaço geográfico, pois este é “[...] um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares” (SANTOS, 1986, p. 122). Portanto, o espaço geográfico se constitui um “palco” em que acontecem as mais variadas relações humanas, ou seja, um receptor de ações e obras destes sujeitos, o que acaba por lhes conferir cenários singulares e próprios em cada realidade social. É a um só tempo, o produtor da processualidade social e ainda a própria força produtiva (produto e produção) (SAQUET, 2010). Neste sentido, Santos (2008, p. 67), entende o espaço enquanto “[...] uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele”. Os objetos artificiais e naturais são aqui instrumentos para que os homens elaborem novas espacialidades e com isso se materializa os demais conceitos chaves da Geografia;

Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõe-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementariedade entre uma tecnosfera e uma psicosfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local (SANTOS, 2014, p. 23).

O espaço geográfico é assim um termo em contínua evolução conceitual, uma vez que a própria sociedade é igualmente uma materialidade evolutiva. Essa consideração acaba sendo significativa para compreender a organização social nos distintos tempos e espaços geohistóricos. Será por intermédio da interação entre o homem e o meio que será possibilitado discorrer dos sentidos e lógicas do espaço geográfico, sendo que a medida com que esta intervenção humana (mediada pelo trabalho) se acentua na natureza, igualmente vai-se ampliando e intensificando a abrangência do espaço geográfico, chegando atualmente, a quase

se sobrepôr a todo o globo terrestre (SANTOS, 2008). Portanto, “[...] repensar a Geografia a partir da formação espacial como categoria de descrição e análise da formação econômico e social é uma perspectiva que nos parece capaz de abrir caminhos” (MOREIRA, 1982, p. 21) para diminuir a ambigüidades interpretativas que envolvem as suas diversas tentativas de explicação.

De acordo com Santos (2008), o espaço está posicionado enquanto o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, sendo que as suas categorias de análises são: estrutura, processo, função e forma, as quais estão dispostas dialeticamente como parte integrante dos complexos e mutáveis vínculos entre existência e reprodução social. Estas categorias são consideradas em conjunto e relacionadas entre si de forma a se obter uma “base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (SANTOS, 2008, p. 52). Neste sentido, a espacialidade humana é entendida como reflexo, meio e condição social e não como “epifenômeno” (SANTOS, 2008).

Para o autor, a estrutura refere-se à própria sociedade com suas composições e caracteres econômicos, sociais, políticos e culturais, ou seja, é a matriz histórica em que se tem a concretização de todo o processo social. O processo refere-se à dinâmica interna da estrutura socioeconômica (ação humana), uma resultante das contraditoriedade que lhe são iminentes, contexto em que é constituído um conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura é mobilizada e então entra em movimento, alterando-se as suas características. A função é a atividade exercida pela forma: cotidiano, moradia, por exemplo (atendimento das necessidades e demandas dos sujeitos). São os papéis desempenhados pela sociedade, redefinidas a cada momento, que possibilitam a existência e continuidade da reprodução social. Forma, finalmente, é o visível e percebido no espaço, sendo entendido como as criações humanas, material ou não, por meio das quais as diversas atividades se realizam (SANTOS, 2008).

[...] são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerando em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 2008, p.71).



Desta feita, Santos (2008, p. 27) coloca que “o espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas”. É uma realização social que se apresenta como uma constante, um estado presente, haja vista que tem sua concretização em decorrência com os sucessivos tempos históricos. Essa concepção é corroborada por Gomes (2002), o qual destaca três características definidoras do espaço geográfico: o espaço é sempre uma extensão fisicamente estabelecida, concreta, material, substantiva; está composto pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais, além de que o arranjo dos seus componentes materiais está permeado em uma dada lógica ou coerência. Nesse sentido, “[...] a análise espacial deve ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais ou comportamentos” (GOMES, 2002, p. 290).

Enfim, é com uma boa discussão envolvendo as espacialidades geográficas que se permite inserir os demais conceitos fundamentais da Geografia (território, região, paisagem e lugar), os quais são dotados de uma dinâmica mais “operacional” (SUERTEGARAY, 2001). Esse raciocínio acontece em decorrência de se entender que “[...] o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem, e/ou região, e/ou território, e/ou lugar, e/ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais” (SUERTEGARAY, 2000, p. 31). O espaço geográfico é na verdade uma base abrangente que possibilita as mais variadas discussões no campo da Geografia, um esforço que tem um sentido mais inteligível por intermédio da compreensão de como essa realidade é elaborada, sentida e vivida, e não como conteúdos em si mesmos, uma vez que estes podem apresentar colocações simplistas e reducionistas.

### **3 A CATEGORIA ESPAÇO GEOGRÁFICO ENQUANTO INSTRUMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO MEIO ESCOLAR**

É consenso que o desenvolver pedagógico do ensino de Geografia é uma construção que sempre parte (ou deveria) da realidade dos alunos, pois desta feita o processo de ensino-aprendizagem configura-se de forma mais concreta e acessível aos sujeitos envolvidos nesta estrutura pedagógica. Esta tendência ganha sentido e validade com os discursos interiorizados na Geografia Crítica, um esforço que busca superar a simples memorização/descrição conteudista. O aluno deixa de ser um mero expectador e assume uma posição ativa neste processo, ou seja, o

centro de enfoque “[...] não se localiza no professor ou na ciência a ser ‘ensinada’ ou vulgarizada, e sim no real, no meio onde aluno e professor estão situados e é fruto da práxis coletiva dos grupos sociais (VESENTINI, 1998, p. 37).

Contudo, a rígida estruturação na qual o ensino, de maneira geral, está posicionado no Brasil, dificulta e até impossibilita a realização de uma aprendizagem significativa e contextualizada, um obstáculo que se torna ainda mais crítico quando das abordagens geográficas, uma vez que, conforme já colocado, esta ciência caracteriza-se por ser extremamente dinâmica e complexa. As diversas possibilidades de análises que o espaço geográfico traz em seus fundamentos exigem uma didática de ensino diferenciada e para além das reduções contidas nas apostilas conteudistas, pois se faz necessário construir no aluno a capacidade de constituir vínculos entre os saberes adquiridos na sua vivência e os conteúdos escolares. Essa é melhor forma de aprender e ensinar a Geografia, uma construção pedagógica que é recíproca, pois tanto o aluno como o professor contribuem nas reflexões teóricas.

Nessa perspectiva, a escola se apresenta como “[...] um lugar de encontro de culturas, de saberes, de saberes científicos e de saberes cotidianos, ainda que o seu trabalho tenha como referência básica os saberes científicos” (CAVALCANTI, 2002, p. 33). Esse modelo educacional é um entendimento que foi amplamente dialogado nos ensinamentos de Freire (1997, p. 52), uma situação em que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

[...] é preciso que a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugué (FREIRE, 2006, p. 45).

Aqui o espaço geográfico surge enquanto uma reflexão geohistórica de emancipação social dos sujeitos, sendo que os momentos escolares e de estudos estão colocados enquanto umas das ferramentas possíveis a serem utilizadas nesta busca. Assim, a escola, os conteúdos apostilados, os ensinamentos docentes, os regramentos escolares, as avaliações, entre outros instrumentos que integram o processo ensino-aprendizagem não resumem e compõem a libertação e transformação social dos alunos, existe um vasto leque de outras possibilidades que contribuem neste desafio, sendo que o espaço geográfico se apresenta enquanto método crucial

nesta construção pedagógica. A importância que a Geografia assume neste contexto é colocada por Damiani (1999, p. 58) ao discursar que esta ciência “[...] tem como função desvendar os significados do espaço na vida privada e pública, na vida social, e oferecê-los à sociedade civil. A ela cabe enfrentar a transformação do espaço geométrico em espaço social. Seu desafio também é político”. A respeito disso, Callai (2010, p. 17) nos assevera que:

A geografia escolar, assim como a ciência geográfica, tem a função de estudar, analisar e buscar explicações para o espaço produzido pela humanidade. Enquanto a matéria de ensino cria as condições para que o aluno se reconheça como sujeito que participa do espaço em que vive e estuda, compreendendo que os fenômenos que ali acontecem são resultado da vida e do trabalho dos homens em sua trajetória de construção da própria sociedade demarcada em seus espaços e tempos.

A centralidade que o espaço geográfico assume neste cenário deve-se ao fato deste ser um produto da organização social humana, uma realização que se utiliza da natureza enquanto condicionante concreta de sua constituição e o trabalho como modo de produção, sendo que entremeio a este complexo a educação se apresenta com uma importância estratégica. Ou seja, o ensino tanto pode ser uma ferramenta alienante como também emancipatória, dada as formas de ensinar que seja direcionada para explicar as lógicas e formações espaciais do mundo. Dessa feita, a reflexão do espaço geográfico, quando qualificado e fundamentado ativamente, é um subsídio socioeducativo emancipador. Assim, surge a necessidade e importância de se compreender e dialogar acerca dos conceitos básicos da ciência geográfica, um desafio que tem o conceito de espaço geográfico enquanto debate inicializador. Para Cavalcanti (2002), é importante ter em mente a questão do conceito científico e o conceito cotidiano, pois ambos carecem de serem considerados no processo de ensino-aprendizagem, caracterizando uma didática histórico-crítica que alinha tanto a dimensão teórica como a empírica para uma adequada formação cidadã dos sujeitos.

Portanto, a inclusão das categorias geográficas (espaço, lugar, território, paisagem e região) no ensino é uma tarefa que historicamente tem sido relegado à disciplina de Geografia, uma função pedagógica que nem sempre tem o seu devido reconhecimento. A importância dessa atividade decorre do fato de possibilitar noções e habilidades de orientação espacial aos alunos, uma construção pedagógica prática e visível que facilita a inserção e interesse da Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. “Localização, orientação, representação são, portanto,

conhecimentos, habilidades integrantes do processo de trabalho e são utilizados de forma diferenciada, já que o trabalho também é diferenciado de acordo com a organização da sociedade” (ALMEIDA, 2001, p. 18). A compreensão de toda essa dinâmica que abarca o ensino de Geografia, acaba por exigir do professor a construção de parâmetros relativos e relacionais, uma explicação pedagógica que tem a própria realidade discente enquanto matéria-prima da aprendizagem, possibilitando assim o desenvolvimento e maturação cognitiva destes alunos perante o espaço geográfico que vivenciam.

Aqui se afirma a crença de que o ensinamento geográfico não deve ser uma construção dissociada da realidade social da comunidade escolar, pois isto significaria uma reprodução conteudista a-crítica. Essa peculiaridade decorre do fato de que é através do entendimento das inúmeras relações vividas que o aluno construirá e interpretará os diversos fenômenos geográficos, entendendo que estes estão interligados com a natureza e com o homem, de forma temporal e espacial. Ou seja, “[...] o conhecimento geográfico produzido na escola pode ser o explicitamento do diálogo entre a interioridade dos indivíduos e a exterioridade das condições do espaço geográfico que os condiciona” (REGO et al., 2000, p. 08). É por isso que o ‘pensar’ e o ‘fazer’ o espaço geográfico é uma tarefa desafiadora que contribui significativamente para o mundo que envolve/cerca o aluno, nisto inclui-se tanto a perspectiva local quanto mundial. Sendo, deste modo, o saber geográfico imprescindível para a politização dos sujeitos à medida que permite a compreensão do espaço vivido e do papel desse espaço nas práticas sociais (CAVALCANTI, 2003).

Dessa feita, a escola passa a ser compreendida não mais como espaço de informação e instrução, mas como uma possibilidade de mediação entre o aluno e o seu espaço vivido, uma estrutura pedagógica que lhe oferece as condicionantes ideais para criar e consolidar a sua cidadania. Com isso, um “outro mundo” é descortinado aos sujeitos sociais, um mundo que considera os fatos em sua essência verdadeira, “[...] o mundo da vida, o mundo no qual os eventos estão muito vivos, o mundo das lutas, o mundo da discriminação e da crise econômica (todas essas coisas estão aí), não tem contato algum com os alunos na escola através das palavras que a escola exige que eles leiam” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 85). É nesse contexto que a “[...] possibilidade desse cruzamento entre geografia e educação torna-se sobremodo importante num mundo em crise, crise expressa, entre outros modos, nas concretudes do espaço vivido através dos quais as relações sociais se geografizam” (REGO, 2000, p. 08). Enfim, é uma busca em que se prioriza capacitar os alunos a fazerem uma leitura e interpretação para além da palavra

(apostilas), é crucial que estes consigam fazer a leitura<sup>3</sup> do mundo, isto é, o próprio espaço geográfico.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio da Geografia em compreender e desvendar as espacialidades construídas socialmente ao longo da história humana é uma questão que igualmente permeia os pensamentos dos alunos em praticamente todas as fases escolares, ou seja, decifrar o espaço geográfico é uma dúvida que está materializada no arsenal de “Por que?” que constitui o processo formativo de qualquer criança. Assim, implicações como o desemprego, a violência, a morte, o nascimento, a escolarização, a riqueza, entre diversos outros questionamentos “autênticos e espontâneos” que as crianças perguntam desde logo que passam a perceber sentido no/do mundo são oportunidades fundamentais para inserir a discussão do espaço geográfico. Afinal, “[...] o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos” (SANTOS, 2014, p. 81-82).

Portanto, a Geografia surge enquanto uma disciplina carregada de sentido e conceitos próprios que permite a construção de olhares contra-hegemônicos acerca do mundo, uma perspectiva que pode vir a ser “uma outra globalização” (SANTOS, 2011) por intermédio da politização dos sujeitos. “Uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem [...] [...] O ponto de partida para pensar alternativas seria, então, a prática da vida e a existência de todos” (SANTOS, 2011, p. 72). Isto significa que a globalização “perversa” ou como “fábula” (SANTOS, 2011), a qual é cotidianamente imposta no meio social, trata-se de uma realidade dada externamente e provisória, sendo que o enfrentamento e mudança deste cenário competem aos próprios sujeitos (vítimas/refêns deste modelo), cabendo assim aos professores de Geografia contribuir nesse processo de emancipação social dos alunos e instigá-los a pensar e criar um mundo que seja percebido de suas próprias realidades e demandas sociais.

Essa concepção evidencia que a construção social não é uma verdade absoluta e estática, assim como os próprios conteúdos apostilados também não o são, ambos são forjados dia a dia pela prática social de professores e alunos, uma reflexão que entende a própria comunidade enquanto objeto de estudo, para à partir de então surgir as possibilidades de intervenção

emancipatória no meio, resultado do consenso e participação política das pessoas envolvidas. Trata-se “[...] de uma totalidade que se compõe de uma diversidade de coisas, e é a integralidade dela que forma a existência humana” (MOREIRA, 2005, p. 57).

Enfim, apesar de aqui estar evidenciado um centralismo na disciplina de Geografia, este esforço não é uma tarefa que cabe apenas aos professores da área das Ciências Humanas, pois toda a comunidade escolar deve estar comprometida com a tentativa de construir um mundo mais humano, isto é, que os sujeitos sejam de fato o “fim” e “propósito” do mundo e não apenas um “meio” para a acumulação capitalista. Estão destacadas apenas algumas das possibilidades que são permitidas pela abordagem prático-teórica do espaço geográfico, mas cumpre frisar que esta reflexão não tem a capacidade de revelar todas as nuances que compõem esta questão. Este esforço é na realidade uma contínua busca na qual os professores de Geografia (assim como de outras ciências) devem exercitar ao longo de sua docência no ensino básico, priorizando um ensino que seja instituído pela coletividade e para esta mesma coletividade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa- iniciação cartográfica na escola**. São Paulo: Contexto, 2001.

ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: Caracterização da Área de Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CALLAI, H. C. A Geografia Ensinada: os desafios de uma Educação Geográfica. In: MORAES, E. M. B., MORAES; L. B. **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: NEPEC, 2010.

CAMARGO, J. C. G.; REIS JÚNIOR, D. F. C. A filosofia (neo)positivista e a Geografia Quantitativa. In: VITTE, A. C. (org.) **Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 1991.

CARVALHO, M. B. S. S. **Meio Ambiente e Cidadania: A interface Educacional**, 2004. 224f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. São Paulo: Papirus, 2003.

\_\_\_\_\_. **Geografia e prática de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

DAMIANI, A. L. A Geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, A. Fani A. **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

DOLLFUS, O. **O Espaço Geográfico**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2000.

KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de geografia**. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. **Geografia, Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

NIDELCOFF, M. T. **Uma escola para o povo**. 30<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REGO, N. et al. **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SACRISTÁN, J. G. **Educar e Conviver na Cultura Global** – as exigências da cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAQUET, M, A. **Abordagens e concepções de território**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4<sup>a</sup> Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço Geográfico uno e múltiplo**. Scripta Nova. n. 93, 15 de julho de 2001.

\_\_\_\_\_. Espaço Geográfico Uno Múltiplo. In: **Ambiente e Lugar no Urbano**. SURTEGARAY, D. M. A, VERDUM, R.; BASSO, L. A. (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

VESENTINI, J. W. **Para uma geografia crítica na escola: textos críticos**. São Paulo: Ática, 1998.